



**B3 SOCIAL**  
CNPJ nº 09.151.364/0001-47

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024		Notas	2025	2024
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>2.488</b>	<b>2.488</b>	<b>Circulante</b>		<b>262</b>	<b>177</b>
Aplicações financeiras	4	2.468	562	Impostos e contribuições a recolher		33	4
<b>Não circulante</b>		<b>15</b>	<b>23</b>	Fornecedores	5	221	152
Imobilizado		9	10	Outras obrigações		8	21
Intangível		6	13	<b>Não circulante</b>		<b>25</b>	<b>-</b>
				Provisão para contingências	6	65	-
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.196</b>	<b>408</b>
				Patrimônio social	7	2.196	408
<b>Total do ativo</b>		<b>2.483</b>	<b>585</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.483</b>	<b>585</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A B3 Social (Associação), é uma associação sem fins econômicos e lucrativos, com sede na capital do Estado de São Paulo, fundada em 16 de agosto de 2007. Seu objeto social é, em resumo, a promoção do desenvolvimento nacional por meio de iniciativas de educação, cultura, esporte, assistência social e responsabilidade ambiental, tendo como Associado Fundador, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), e como Associado Mantenedor, a Associação Bovespa. A B3 Social é administrada por uma Diretoria e possui um Conselho de Governança, de caráter permanente, de apoio à administração. A B3, como Associada Fundadora, atua junto com os Associados Mantenedores na promoção do desenvolvimento social. Além disso, desde o exercício social de 2010, a Associação assumiu a condição de Associado Mantenedor da Associação Profissionalizante BM&FBOVESPA (APBM&FBOVESPA), passando a contribuir para o custeio e o desenvolvimento das atividades da APBM&FBOVESPA.

**2. BASE PARA ELABORAÇÃO**

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Presidente do Conselho de Governança da B3 Social em 26 de fevereiro de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado como valor justo. A elaboração considerou o pressuposto de continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos e fluxos de caixa, entre outros aspectos. As demonstrações estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e principal do ambiente econômico de operação da B3 Social. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da B3 Social estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros aprovada na Resolução CFC 1.409/2012 e pela NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o NBC TG 1000 (R1) requer o uso de estimativas contábeis relevantes e o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis que refletem o reconhecimento e na mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas da B3 Social. Determinadas premissas e estimativas foram adotadas em decorrência de experiências históricas e outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais em exercícios futuros poderão divergir dos estimados em decorrência de variáveis, estimativas ou condições diferentes daquelas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e reconhecidas prospectivamente. As premissas que requerem maior nível de julgamento, possuem maior complexidade e são significativas para as demonstrações financeiras são:

**TÓPICO**

(i) Classificação de instrumentos financeiros Notas 3(b) e 4  
(ii) Provisões para contingências Notas 3(i) e 6

(i) **Classificação de instrumentos financeiros:** Quando não há possibilidade de mensurar o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros através de dados obtidos em mercados ativos, o valor é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação, por exemplo o método de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas que levam em consideração informações e condições de mercado priorizando sempre dados observáveis relevantes, quando possível. Os valores mensurados podem divergir dos valores efetivamente realizados em decorrência de premissas, variáveis e condições serem diferentes daquelas adotadas no modelo de mensuração. (ii) **Provisões para contingências:** A B3 Social revisa periodicamente suas contingências conforme diretrizes internas e pareceres de assessores externos, considerando a classificação da probabilidade de perda e as melhores estimativas de desembolso. Os valores finais podem diferir dos estimados em razão de fatores externos não controláveis.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstrações dos fluxos de caixa incluem numerários em espécie e depósitos bancários à vista. **b. Instrumentos financeiros:** (i) **Classificação e valor recuperável:** A B3 Social classifica seus instrumentos financeiros em ativos e juros considerados básicos usualmente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, e outros instrumentos que, em razão de suas características, podem requerer mensuração ao valor justo, com reconhecimento das variações no resultado, quando aplicável. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado quando o ativo é mensurado ao valor justo por meio do resultado; ou incorporados ao valor do ativo quando este é mensurado ao custo amortizado. Considerando o perfil das aplicações financeiras da B3 Social, composto por cotas de fundos de investimento, tais ativos são mensurados ao valor justo, com os respectivos ganhos e perdas reconhecidos em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. (ii) **Valor justo:** Para investimentos com cotação pública, o valor justo é determinado pelos preços correntes em mercado ativo na data de referência ou, na ausência destes, por técnicas de avaliação, como fluxo de caixa descontado, com prioridade para dados observáveis relevantes para aplicações em fundos de investimento, o valor justo corresponde ao valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data de referência das demonstrações financeiras ou, se indisponível, no dia útil imediatamente anterior, em linha com o princípio de maximizar o uso de entradas observáveis. **c. Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzida da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual estimado, e é reconhecida no resultado. **d. Intangível:** Licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, e a despesa de amortização é reconhecida no resultado. **e. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Anualmente, a B3 Social avalia os ativos não financeiros para verificar se há indícios de perda ao valor recuperável (impairment). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado, quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é determinado pelo maior valor entre o valor justo do ativo, deduzidos os custos de venda, e seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras. **f. Provisões, passivos e ativos contingentes:** A B3 Social reconhece uma provisão apenas quando: (i) há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Desta forma, os passivos contingentes não são reconhecidos, pois não se espera que saídas de recursos sejam requeridas para sua liquidação ou por não ser possível mensurar o montante da obrigação com confiabilidade. No entanto, os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for considerada possível e os classificados como remotos não são provisionados nem divulgados. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, não cabendo sobre eles mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **g. Imposto sobre o lucro e aplicações financeiras:** As associações sem fins lucrativos que desenvolvem as atividades para as quais foram constituídas são isentas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativamente às receitas decorrentes de suas atividades institucionais, nos termos do art. 15 da Lei nº 9.532/1997. Com relação às aplicações financeiras mantidas pela B3 Social, as mesmas estão sujeitas à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte com alíquotas que variam entre 15% e 22,5%, conforme o prazo de aplicação, bem como à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à alíquota de 4%. Para as aplicações financeiras classificadas na categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado", o imposto de Renda Retido na Fonte e a COFINS são registrados no grupo de "impostos e contribuições a recolher" em contrapartida ao resultado do período. **h. Doações e contribuições:** As contribuições e doações são registradas contabilmente quando efetivamente recebidas e/ou pagas. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), incidente sobre as doações recebidas e sobre as doações efetuadas para outros estados, é recolhido na mesma data do respectivo recebimento ou pagamento, conforme a alíquota de 4%.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ass Administradores da B3 Social  
**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da B3 Social ("B3 Social"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da B3 Social em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e às entidades sem a finalidade de lucros (ITG 2002 R1).  
**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à B3 Social, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**  
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e às entidades sem a finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de mensurar o patrimônio líquido e o resultado abrangente, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a B3 Social ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da B3 Social.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Receitas</b>		<b>30.004</b>	<b>39.619</b>
Doações e contribuições	8	30.000	39.619
Recuperação de despesas		4	-
<b>Despesas</b>		<b>(29.506)</b>	<b>(43.999)</b>
Contribuições e donativos	9	(27.930)	(42.830)
Serviços de terceiros	10	(643)	(423)
Processamento de dados	11	(227)	(345)
Promoção e divulgação		(388)	(242)
Depreciação e amortização		(8)	(7)
Outras despesas		(310)	(152)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>1.290</b>	<b>1.036</b>
Receitas financeiras		1.646	1.311
Despesas financeiras		(356)	(275)
<b>Superávit/(déficit) dos exercícios</b>		<b>1.788</b>	<b>(3.344)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Superávit/(déficit) dos exercícios</b>	<b>1.788</b>	<b>(3.344)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Superávit/(déficit) dos exercícios</b>	<b>1.788</b>	<b>(3.344)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Superávit/(déficit) dos exercícios</b>		<b>1.788</b>	<b>(3.344)</b>
Ajustes por:			
Receita de ativos financeiros mensurados a valor justo	12	(1.714)	(1.366)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras		17	24
Depreciação e amortização		8	7
Constituição/atualização de provisão para contingências	6	25	-
<b>Superávit/(déficit) dos exercícios ajustados</b>		<b>124</b>	<b>(4.679)</b>
Aplicações financeiras		(192)	4.884
Impostos e contribuições a recolher		12	(49)
Fornecedores		69	(150)
Outras obrigações		(13)	(7)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>-</b>	<b>(1)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-</b>	<b>(1)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio social	(Déficit)/ Superávit	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>3.752</b>	<b>-</b>	<b>3.752</b>
Déficit do exercício		-	(3.344)	(3.344)
Incorporação do déficit ao patrimônio social		(3.344)	3.344	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7</b>	<b>408</b>	<b>-</b>	<b>408</b>
Superávit do exercício		-	1.788	1.788
Incorporação do superávit ao patrimônio social		1.788	(1.788)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7</b>	<b>2.196</b>	<b>-</b>	<b>2.196</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	2025	2024		
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
<b>B3</b>				
Ressarcimento de despesas	-	(91)	-	(187)
Contas a pagar	(4)	-	(13)	-
Doação (Nota 8)	-	-	-	7.719
<b>APBM&amp;FBOVESPA</b>				
Contribuições (Nota 9)	-	(3.000)	-	(4.250)
Doação (Nota 9)	-	-	-	(10.719)
<b>Associação BOVESPA</b>				
Contribuições (Nota 8)	-	30.000	-	31.900

Os administradores da B3 Social são funcionários da B3 e atuam de forma voluntária, sem receber qualquer remuneração pela sua gestão.

**14. EVENTO SUBSEQUENTE**

Em 30 de janeiro de 2026, a B3 Social recebeu uma contribuição no valor de R\$15.000 da Associação Bovespa, na condição de seu Associado Mantenedor.

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**

Gilson Finkelsztain - Diretor Presidente  
Ana Christina Buchaim Gagliardi - Diretora Vice-Presidente

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA**

Gilson Finkelsztain - Presidente do Conselho de Governança  
Manoel Felix Cintra Neto - Vice-Presidente do Conselho de Governança  
Joaquim da Silva Ferreira - Membro do Conselho de Governança  
Mozart Never Ramos - Membro do Conselho de Governança  
Camila Cardoso Pereira - Membro do Conselho de Governança  
Claudia Farkouh Prado - Membro do Conselho de Governança  
Viviane El Banate Basso - Membro do Conselho de Governança

**CONTADOR**

João Paulo Gonzaga Pereira - CRC 1SP 248648/O-7

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da B3 Social. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a B3 Social a não mais se manter em continuidade operacional.  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha  
Contador  
CRC nº 1 SP 214144/O-1



Somos a **B3 Social**, a área de investimento social privado da B3, dedicada a impulsionar iniciativas que promovam a melhoria da qualidade da educação pública no país.

Com rigor e transparência, unimos nossa expertise em ESG ao compromisso de inspirar o mercado e acelerar avanços sociais que fazem a diferença no presente e constroem um Brasil mais justo para todos.



**R\$60 milhões** gerenciados.

**11 milhões** de pessoas beneficiadas.

**DESTAQUES DE 2025:**

**152 projetos** apoiados.

**+ de 50%** de voluntários engajados em **42** ações voluntárias.

**+91%** dos municípios alcançados.

**Atuação nacional.**

**+R\$1,1 milhão** em doações viabilizadas pelos voluntários B3.



Acesse o Relatório Anual da B3 Social:

